

# Sindifisco Nacional – Delegacia Sindical de São Paulo

## Clipping de 25, 24 e 23 de janeiro de 2010

### Folha de S. Paulo, 25 de janeiro de 2010

### Nenhuma matéria foi selecionada

### O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 2010

#### Alívio para o contribuinte

Tamanho do texto? [A](#) [A](#) [A](#) [A](#)

Embora bem-vindas, as providências anunciadas pela Receita Federal do Brasil para melhorar o atendimento ao contribuinte e reduzir as imensas filas nos seus postos são insuficientes para compensar o aumento do rigor com que seus fiscais esquadrinham a situação tributária das pessoas físicas e jurídicas.

Enquanto as facilidades para os contribuintes são anunciadas a conta-gotas, os resultados da implacável fiscalização surgem como enxurrada. Entre 2008 e 2009, por exemplo, o número de declarações de rendimentos de pessoas físicas retidas na malha fina - por imprecisão no preenchimento ou por informações incorretas ou insuficientes sobre rendimentos recebidos e pagamentos a terceiros - praticamente triplicou. Cerca de 1 milhão de contribuintes estão sendo convocados para retificar ou comprovar documentalmente informações apresentadas na declaração entregue no ano passado. Há ainda as declarações retidas em exercícios anteriores, o que torna ainda maior o número de contribuintes que precisam se explicar perante o Fisco, cuja estrutura e forma de atendimento ao público evoluem muito lentamente.

Pouco depois de assumir o cargo em meados de 2008, a então secretária da Receita, Lina Maria Vieira, usou a expressão "caos" para referir-se ao atendimento que o órgão prestava aos cidadãos que pagam impostos. Mudanças no sistema de atendimento, sobretudo com maior uso da internet, para reduzir a necessidade da presença dos interessados nos postos da Receita, reduziram um pouco as dificuldades dos contribuintes que, por alguma razão, precisam explicar-se ao Fisco. Mas são mudanças pequenas, se comparadas com o avanço dos métodos de fiscalização e com as seguidas alterações nas regras tributárias.

Desde o início de 2009, o contribuinte (pessoa física ou jurídica) pode consultar ou regularizar pendências fiscais pela internet. Pode utilizar a rede de computadores também para emitir os documentos de arrecadação federal, quando for o caso de recolher tributos atrasados, ou obter a Certidão Negativa de Débito.

Em junho, um novo serviço pela internet foi colocado à disposição do contribuinte. Trata-se da emissão de um extrato de declaração bem mais completo do que o que era oferecido até então. Antes, o extrato apenas informava que havia pendências; o novo dá pormenores sobre os erros detectados pelo Fisco e que podem ser corrigidos pela internet. Para ter acesso a esse extrato, o contribuinte precisa de um código, que pode ser obtido no endereço eletrônico da Receita mediante a apresentação de algumas informações, e os números dos recibos das duas últimas declarações apresentadas.

No início deste mês, a Receita colocou no ar o sistema de agendamento eletrônico do atendimento nos postos. O contribuinte que precisa apresentar documentos ou resolver pessoalmente pendências na declaração de renda pode marcar pela internet dia e hora para ser atendido.

Inicialmente, a Receita ofereceu 25,7 mil horários para os contribuintes escolherem. Era, obviamente, uma oferta insuficiente, dado o número de declarações retidas na malha fina. Contribuintes de grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, enfrentavam dificuldades para marcar horário. A Receita apenas recomendava aos que tinham enfrentado esse problema que continuassem tentando agendar seu comparecimento ao posto de atendimento. Na segunda-feira passada, o número de horários para atendimento foi ampliado para 44,1 mil, e ainda parece insuficiente.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, apresentou ao Estado um levantamento segundo o qual 63% das pendências podem ser resolvidas pelo contribuinte por meio de retificação de informações ou de uma declaração retificadora, tudo pela internet.

A tecnologia de informação melhora muito a qualidade da gestão pública. Além de oferecer mais informações ao cidadão, acelera a prestação de serviços públicos. E estabelece um relacionamento mais correto e estreito entre o poder público e a sociedade. Mas seu uso não tem se difundido na velocidade desejável.

## 2010 é um ano promissor

\*Juan Jensen

Tamanho do texto? **A A A A**

O ano de 2009 terminou melhor do que começou. No início do ano estávamos no auge da crise econômica mundial e seus efeitos sobre a atividade econômica doméstica eram, até certo ponto, desconhecidos. Hoje, vimos que as previsões mais pessimistas não se materializaram (esperamos que o PIB recue apenas 0,25% no ano) e que o Brasil se saiu razoavelmente bem na crise. Mas o melhor ainda está por vir, pois teremos um 2010 promissor.

No cenário internacional, após expressiva retração do PIB dos países desenvolvidos em 2009, observaremos uma retomada gradual das economias de EUA, Europa e Japão em 2010. Os efeitos das políticas monetária e fiscal expansionistas já se fazem presentes e devem aparecer em maior grau ao longo do próximo ano. Com isso, lentamente os estímulos devem começar a ser retirados a partir do segundo semestre. Nos emergentes, principalmente na China, o cenário é diferente. Apesar do forte impacto da crise, principalmente pelo canal das exportações, o PIB apenas desacelerou, pois o governo conseguiu substituir parte da demanda externa por um maior dinamismo doméstico. Essa situação deve permanecer em 2010, ano em que a economia chinesa se deve expandir ao redor de 9,5%. O mundo como um todo, após queda em torno de 0,8% em 2009, deve crescer 3% em 2010.

No Brasil a trajetória de recuperação econômica é bastante clara. Apesar de a nossa expectativa para o PIB de 2009 ser ligeiramente negativa (-0,25%), a economia brasileira está em expansão há três trimestres. Há que se destacar também o nível de consumo privado, que foi pouco afetado pela crise, por causa dos pequenos efeitos sobre o mercado de trabalho, com limitado impacto na ocupação e com a manutenção de ganhos reais expressivos na renda em razão da baixa inflação e da rápida recuperação do mercado de crédito.

Para 2010 esperamos expansão da economia de 5,2%. A fundamentação do elevado crescimento é, além de um carry over elevado - estimado em 2,4 pontos percentuais -, dada pela demanda doméstica, que tem justamente seus pilares no mercado de trabalho (expectativa de elevação da massa real em 5,6%) e do crédito (expectativa de alta do saldo às pessoas físicas em 14,5%).

No campo inflacionário, o IPCA de 2010 deve ficar em 4,2% (abaixo da meta de 4,5%), apesar do forte crescimento econômico. As razões para o bom comportamento da inflação são diversas, e a principal é que o crescimento ocorre sobre capacidade ociosa. Adicionalmente, os preços administrados vão puxar a inflação para baixo, principalmente os rígidos por contratos atrelados aos índices gerais de preços (IGPs). Os riscos de uma inflação mais alta estão associados aos fatores que o Banco Central vem apontando, como uma rápida utilização de fatores ociosos, setor externo com inflação de commodities, insuficiência de investimentos e estímulos fiscais em demasia.

Em termos de política monetária, o cenário demanda algum aperto ao longo do ano. Na nossa visão, se os riscos de desvios da inflação de 2010 não se materializarem, o que é mais provável, a elevação dos juros deve vir em setembro para combater riscos de desvios da inflação em relação à meta de 2011. Estimamos um ciclo total de 250 pontos, estendendo-se até abril de 2011. Este cenário tem como requisito uma mudança na condução da política fiscal, que, se não ocorrer, terá de ser compensada por um ciclo de aperto monetário maior.

Assim, é justamente a questão fiscal um dos temas que terão maior atenção em 2010. Se em 2009 houve redução da arrecadação e aumento dos gastos, 2010 será marcado pela retomada da arrecadação, mas os gastos vão continuar a se expandir em grande monta. Com isso, a situação fiscal, que poderia ser revertida em grande medida no ano, retrocederá apenas parcialmente. De qualquer forma, o cenário permite aumento do superávit primário, para 2,4% do PIB, aquém do desejado, mas suficiente para retomar a trajetória de queda das relações dívida líquida/PIB e dívida bruta/PIB.

Não podemos nos esquecer também de que 2010 será um ano de eleições presidenciais e, em razão disso, vislumbramos aumento de volatilidade em alguns mercados. A depender dos discursos dos candidatos à Presidência, podem surgir dúvidas sobre a condução futura da política econômica. E um dos mercados que tendem a ser mais afetados por esse aumento de incerteza é o cambial. Nossa expectativa é que o cenário político-eleitoral leve a alguma saída líquida de recursos de renda fixa e variável do País e, portanto, a uma depreciação momentânea da taxa de câmbio, que pode atingir valores médios próximos a R\$ 1,90/US\$ em setembro e outubro. Para o fechamento do ano, com o anúncio da equipe econômica do próximo governo, as incertezas devem diminuir e a cotação deve recuar para R\$ 1,75/US\$.

Em resumo, no próximo ano teremos alto crescimento e inflação sob controle, que fazem de 2010 um ano promissor. As incertezas em relação à situação fiscal e ao cenário eleitoral, com suas consequências sobre a economia, não serão suficientes para estragar o ano que está começando, mas podem minar os seguintes, a partir de 2011.

\*Juan Jensen, doutor em Teoria Econômica pela FEA-USP, é sócio da Tendências Consultoria

**Valor Econômico, 25 de janeiro de 2010**

# Aperto fiscal e contenção de crédito podem segurar alta mais forte do juro

Sergio Lamucci, de São Paulo

25/01/2010

Texto: A- A+



Compartilhar

Leo Pinheiro/Valor



*Edward Amadeo: estímulos fiscais e creditícios devem ser revertidos, para reduzir o peso da tarefa de segurar a inflação da política monetária*

Com o forte crescimento da atividade econômica neste ano, um ciclo de alta dos juros é considerado inevitável por boa parte dos analistas, para evitar o descompasso entre oferta e demanda e, com isso, o surgimento de pressões inflacionárias. Há, contudo, instrumentos que podem ao menos diminuir a magnitude do aumento da Selic, como uma política fiscal mais apertada e uma ação menos agressiva dos bancos públicos no crédito. Medidas para restringir financiamentos ao consumo também são sugeridas por alguns economistas, num cenário em que o controle da inflação não deverá contar com a ajuda do câmbio valorizado como em 2009. Nas últimas semanas, o dólar mostrou tendência de alta, superando R\$ 1,80.

Analistas ortodoxos veem um forte aquecimento da atividade, recomendando medidas de contenção da demanda. Algumas estimativas apontam para uma alta do PIB superior a 6% neste ano. O ex-ministro Edward Amadeo, sócio da Gávea Investimentos, chama a atenção para a força do mercado de trabalho, marcado pela geração significativa de empregos formais e uma baixa taxa de desemprego. Ele observa que há uma profusão de estímulos na economia - monetários, fiscais e creditícios - que precisam ser revertidos. De janeiro a novembro de 2009, as vendas do varejo ampliado, que incluem veículos e material de construção, cresceram 6% sobre o mesmo período do ano anterior.

Amadeo vê o ciclo de alta da Selic como inevitável, mas diz que a intensidade do movimento pode ser limitada, a depender da orientação que o governo der às contas públicas e aos bancos oficiais. "A política fiscal e a política oficial de crédito, que em 2009 foram corretamente anticíclicas para combater a crise, são hoje pró-cíclicas, o que não faz mais sentido."

Para 2010, a meta de superávit do setor público é de 3,3% do PIB, acima dos cerca de 1,8% a 2% do PIB estimados para 2009. O mercado, porém, aposta que o esforço para pagar os juros da dívida ficará na casa de 2,5% do PIB neste ano. Amadeo diz que o superávit primário dependerá muito do nível de arrecadação, pois há muitos gastos correntes já contratados e o governo tentará acelerar os investimentos. Controlar as despesas de custeio, colocar um ponto final nas desonerações tributárias para bens de consumo e poupar qualquer excesso de receita são medidas importantes, que podem reduzir a extensão do ciclo de aumento dos juros, avalia.

Para o economista Carlos Eduardo Gonçalves, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), "será difícil passar sem um aumento dos juros neste ano", dado o ritmo atual de crescimento. Como Amadeo, ele diz que uma política fiscal mais apertada tiraria parte do peso da política monetária, abrindo mais espaço para o crescimento do consumo e do investimento privados.

Gonçalves, contudo, não vê necessidade de um aperto monetário dos mais fortes, mesmo se não houver grandes mudanças fiscais. Para ele, um aumento de 1,5 ponto percentual da taxa Selic, hoje em 8,75% ao ano, tenderia a ser suficiente. "Não há necessidade de promover uma queda expressiva da inflação, como em 2003, quando ela estava em 12%. Hoje, ela ainda está abaixo do centro da meta [de 4,5%]", afirma ele, para quem a alta do juro poderia ser ainda menor caso houvesse uma política fiscal mais restritiva. Ele acredita, no entanto que o Banco Central será mais duro e elevará a taxa 3 pontos percentuais até o começo de 2011.

O ex-presidente do BC Gustavo Loyola, sócio da Tendências Consultoria Integrada, diz que uma contração fiscal pode ajudar a impedir uma alta mais expressiva dos juros, mas não deverá evitá-la totalmente. Ele espera uma alta da Selic no segundo semestre, provavelmente em setembro.

Analistas heterodoxos têm uma visão diferente. O professor José Luiz Oreiro, da Universidade de Brasília (UnB), acha que a economia de fato cresce a um ritmo forte, com rápida redução da ociosidade. O nível de utilização de capacidade instalada na indústria de transformação, que atingiu 83,8% em dezembro, na série com ajuste sazonal da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é um sinal disso. Em fevereiro e março, quando atingiu o nível mais baixo durante a crise, o número ficou em 77,9%.

Para Oreiro, porém, a alta da Selic não é inexorável. Ele diz que seria desejável um aperto fiscal por meio de redução da alta de gastos, mas considera ingênuo apostar nisso num ano eleitoral. O que pode se feito em relação às contas públicas é elevar impostos, como o fim das desonerações tributárias para bens de consumo, avalia. Oreiro também defende a contenção do crédito ao consumo por meio da "instituição de um compulsório específico para esse tipo de ativo". É uma atuação seletiva, que não afetaria os empréstimos para a construção civil ou capital de giro, por exemplo. Com essas ações, a alta de juros poderia ser evitada, ou no mínimo atenuada.

Já o professor Paulo Gala, da Escola da Economia de São Paulo (EESP) da FGV, acredita que o crescimento da atividade não é tão forte. Ele vê capacidade ociosa na economia e diz que o nível de produção na indústria segue bem abaixo do que vigorava antes da crise.

Gala acha que seria bastante importante um aumento expressivo do superávit primário, para facilitar a tarefa do país de ter um câmbio mais competitivo e juros mais baixos, combinação favorável à expansão das exportações e do investimento. Mesmo que isso não ocorra, porém, ele não vê necessidade de elevar os juros. "O que me incomoda é que o mercado tem uma fobia quanto à inflação, mas não há preocupação quanto ao aumento do déficit em conta corrente e o câmbio valorizado."

Medidas como o aperto da política fiscal podem ser importantes para ajudar no controle da inflação também porque o câmbio não deverá mais ajudar nessa tarefa. Com as incertezas no cenário externo, o aumento do déficit em conta corrente e a perspectiva de alguma volatilidade provocada pelas eleições, começa a ganhar força a aposta de que os tempos de valorização do real ficaram para trás. Gonçalves acredita que a moeda ficará de R\$ 1,80 para cima, podendo se tornar um fator de risco inflacionário em 2010, ainda que ressalte as dificuldades para se projetar o câmbio. Loyola vê um dólar entre R\$ 1,75 e R\$ 1,80 neste ano, que pode chegar a R\$ 1,90 e depois voltar. Para ele, a moeda vai parar de contribuir para segurar os preços, mas não vai provocar pressões inflacionárias graves. Oreiro também não vê inflação mais relevante causada pelo câmbio, a não ser que a moeda supere R\$ 1,95.

## **Tributário: Empresa obtém decisão favorável no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo**

## **Contribuintes beneficiados pela Lei de Informática são autuados**

Laura Ignacio, de São Paulo  
25/01/2010

Texto: A- A+





Empresas beneficiadas pela Lei de Informática - nº 8.248, de 1991- estão recorrendo à esfera administrativa contra autuações fiscais. Como o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), responsável pela fiscalização da lei, tem demorado anos para analisar as declarações anuais de prestação de contas, os contribuintes não conseguem comprovar que estão em dia com suas obrigações e acabam sendo penalizados. As empresas, no entanto, já contam com um precedente favorável. Com uma decisão proferida pela 14ª Turma do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) de São Paulo, um contribuinte conseguiu derrubar um autuação de R\$ 3 milhões.

Mas há também decisões no tribunal paulista favoráveis ao Fisco. Sem provas da regularidade dessas empresas, a Fazenda vem atuando preventivamente para não perder o prazo legal de cinco anos para fiscalizar e multar por evasão ou sonegação. O Ministério de Ciência e Tecnologia reconhece a demora na análise dos relatórios das empresas e está emitindo cartas de declaração de regularidade para aquelas que são autuadas em razão da demora.

Com base na Lei da Informática, o Estado de São Paulo, por exemplo, incluiu no regulamento do ICMS dispositivo que possibilita o pagamento de uma alíquota reduzida de 7% nas operações internas com produtos de processamento eletrônico de dados, fabricados por empresas que atendam às disposições do artigo 4º da Lei Federal nº 8.248 e tenham direito ao desconto de IPI. Posteriormente, a Lei Federal nº 10.176, de 2001, instituiu que as empresas que investissem em projetos de desenvolvimento de tecnologia passariam a pagar de 75% a 95% do devido em IPI.

De acordo com Claudio Vita, vice-presidente comercial da Itautec, para usufruir dos benefícios fiscais, a empresa deve cumprir um processo produtivo básico, com etapas de industrialização no país. Além disso, em função do seu faturamento, há um percentual que a empresa deve destinar à pesquisa e desenvolvimento. "Com isso, a Itautec consegue competir com multinacionais", diz. A empresa investe cerca de R\$ 50 milhões por ano em pesquisa e tecnologia.

Anualmente, as empresas têm que prestar contas dos projetos e investimentos realizados. Mas o ministério não consegue dar conta da demanda. Hoje, o órgão finaliza os processos de 2005, segundo Adalberto Barbosa, coordenador-geral de tecnologia da informática do MCT. "Os motivos são, basicamente, falta de infraestrutura e recursos humanos, um legado de gestões anteriores", afirma. Mas Barbosa diz que estão sendo abertos concursos para contratação de pessoal. E estão sendo realizados investimentos em informatização para responder às empresas com maior celeridade. "Nossa expectativa é fazer uma análise em um ano e meio, no máximo."

O contribuinte paulista que conseguiu derrubar a autuação fiscal no TIT alegou que não tinha como comprovar sua regularidade em relação à Lei de Informática. Argumentou ainda que o Fisco paulista não tem competência para fiscalizar o cumprimento de uma lei federal. "O Ministério de Ciência e Tecnologia é o responsável por sua fiscalização", afirma o advogado que representa a empresa no processo, Périsson Lopes de Andrade, da NewTrust Consultoria. Nesse caso, segundo os autos, foram enviados ofícios ao MCT, que não foram respondidos. Na decisão, por maioria, os juízes do TIT declaram ter sido verificada a impossibilidade de o Fisco estadual auferir se houve ou não o cumprimento da norma federal.

Algumas empresas clientes do escritório TozziniFreire Advogados tentaram também derrubar autuações nas esferas administrativas federal e estadual, mas não tiveram sucesso. Segundo o advogado Gabriel Sister, elas optaram por discutir a legalidade dos autos de infração na Justiça, mas ainda não há decisão. "Existe uma expectativa grande de que os autos serão revertidos", afirma. No processo, Sister alega que o problema não foi gerado pelo contribuinte, mas pelo próprio governo. "É como se o governo desse com uma mão e tirasse com a outra."

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) tem reiteradamente encaminhado ofícios ao Ministério de Ciência e Tecnologia por causa do atraso nas análises dos relatórios das empresas. "Já sugerimos a simplificação dessas análises. Sem isso, o perigo é sermos vistos como inadimplentes fiscais", diz Hugo Valério, diretor da área de informática da Abinee. Segundo ele, há casos de demora de até cinco anos. "Tem empresa que já tem 20 quilos de documentos para serem analisados." A entidade entende que o Fisco está atuando para não perder o prazo de prescrição. "O governo deveria ter um prazo para responder às empresas, já que somos obrigados a prestar contas anualmente", afirma Valério.

## **Folha de S. Paulo, 24 de janeiro de 2010**

### **Estrangeiro compra papéis no exterior para fugir do IOF**

**Patrimônio de fundos "offshore", formados com títulos brasileiros, cresce 52%**

**Aplicação em modalidade de investimento aumentou ao mesmo tempo em que participação de estrangeiros na Bolsa de SP diminuiu**

**FABRICIO VIEIRA**

DA REPORTAGEM LOCAL

Se a cobrança de IOF do capital externo que desembarca no país esfriou a entrada de recursos no mercado local, ao menos o interesse por ativos brasileiros não diminuiu. Pelo contrário. Isso é o que demonstra o forte fluxo de capital, nos últimos meses, para os chamados fundos "offshore". Desde setembro, o patrimônio da categoria saltou 52% e alcançou inéditos R\$ 50,51 bilhões. No período, o mercado de fundos como um todo cresceu 7%.

Os fundos "offshore" são constituídos no exterior, mas por meio de um gestor sediado no país. São aplicações oferecidas só a clientes com recursos mantidos lá fora e têm em sua carteira papéis brasileiros, como ações e títulos de dívida.

Em outubro, o governo decidiu passar a cobrar 2% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) do capital externo que ingressa no país destinado a ações ou renda fixa. O efeito foi sentido no mercado local.

Na Bolsa de Valores, os estrangeiros diminuíram o ritmo de suas aplicações. De 32,7% do total negociado nos pregões da Bolsa em setembro, os estrangeiros respondem neste mês por cerca de 27,5%. A entrada líquida de capital na Bolsa, que alcançou R\$ 4,04 bilhões em setembro, ficou em apenas R\$ 512,2 milhões em dezembro. Neste mês, até o dia 20, o saldo era de apenas R\$ 36,3 milhões.

O que a expansão dos fundos "offshore" sinaliza é que parte do capital que deveria entrar no país foi desestimulada pelo IOF, tendo sido redirecionada a esse tipo de aplicação.

"O segundo semestre de 2009 foi bastante positivo no que se refere à percepção do estrangeiro em relação ao Brasil. Até o anúncio do Rio como sede da Olimpíada provocou uma impressionante reação dos investidores", afirma Alexandre Silvério, estrategista do Santander Asset Management. A instituição oferece dois tipos de fundo "offshore", um de ações e outro de renda fixa.

Silvério diz que um investidor que entrar, no exterior, em um fundo "offshore" de papéis brasileiros não vai pagar IOF. "Apenas se o gestor decidir trazer parte desse capital externo para adquirir, por exemplo, ações na Bolsa. Daí [esses recursos] seriam taxados com o IOF. Mas o cotista não."

Segundo profissionais do mercado, quem tem fortalecido o segmento nos últimos meses

são especialmente os investidores asiáticos, que cada vez mais têm buscado aplicar em ativos brasileiros.

O aquecimento desse tipo de aplicação tem despertado a atenção dos bancos. O Bradesco, por exemplo, decidiu em outubro passado lançar dois fundos "offshore". A partir de Luxemburgo, esses fundos são oferecidos a investidores de varejo e institucionais.

### **Investidores brasileiros**

Rodrigo Felipe Afonso, gerente de distribuição da BBDTVM (Banco do Brasil), diz que, diferentemente do que se imagina, há investidores brasileiros em fundos "offshore". "Mas são clientes que já têm recursos lá fora, que estão estabelecidos no exterior. É o caso de empresas que têm subsidiárias lá fora, que geram recursos no exterior e que optam por aplicar em um fundo com papéis brasileiros, mas sem ter que trazer o capital para cá." O patrimônio dos fundos "offshore" representa hoje 3,5% do total do mercado brasileiro. Há um ano, esse percentual estava próximo de 2%.

O aumento da tensão e da aversão ao risco no mercado internacional na semana passada levantou o temor de que os estrangeiros podem voltar a retrain suas aplicações nos emergentes. Na última quarta, quando a China voltou a preocupar o mercado, saíram líquidos da Bolsa brasileira quase R\$ 500 milhões em capital externo. "Mas ainda é cedo para começarmos a temer uma fuga do risco, como houve em 2008. Ainda há muito dinheiro em circulação no mercado internacional e, no médio prazo, papéis do Brasil devem seguir como diversificação importante para os investidores estrangeiros", diz Luiz Antonio Vaz das Neves, da KNA Consultores.

## **O Estado de São Paulo, 24 de janeiro de 2010**

### **Arrecadação em tempo de crise**

Tamanho do texto? **A A A A**

A arrecadação das receitas federais - excluídas as previdenciárias - apresentou queda, a preços correntes, no ano passado, de 1,73% e de 3,05% em valor real (deflator IPCA), o pior resultado desde 2003 - consequência da crise internacional, na qual o Brasil foi dos menos atingidos.

Antes de analisar como evoluíram as receitas, convém lembrar que 2009 deve ter tido crescimento ligeiramente negativo ou inferior a 1%, ante 5,1% no ano anterior, apesar da reação nos dois meses finais do ano, em que a média mensal da arrecadação foi 21,2% superior à dos meses anteriores.

Por outro lado, pela primeira vez a Receita Federal incluiu na arrecadação os depósitos judiciais, o que levou o item "outras receitas administradas" a acusar, em relação ao ano anterior, aumento de R\$ 6,6 bilhões, com participação de 1,92% no total das receitas. O custo da política de evitar o aprofundamento da recessão ficou em R\$ 21 bilhões. Na ausência desses dois fatores, a arrecadação total teria tido aumento de 3,8%.

A participação maior nas receitas federais é a do Imposto de Renda (IR), cuja arrecadação apresentou, em 2009, redução de apenas 0,08%. Houve ligeiro recuo dos ganhos de capital das

peças físicas, em relação aos ganhos importantes do ano anterior, e uma variação insignificante das perdas das peças jurídicas. No entanto, registrou-se aumento do IR retido na fonte, especialmente dos rendimentos do trabalho, por causa da elevação dos salários.

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que representa 16,9% das receitas e é ligada à atividade real, sofreu queda de 2,4% - de 3,7% no caso das empresas não financeiras, compensada pela arrecadação da Cofins das instituições financeiras, com aumento de 23%. A Contribuição sobre Lucro Líquido foi 0,6% maior, graças aos bancos, com aumento de 53,5%.

A arrecadação do Imposto de Importação foi 6,6% menor apenas, apesar da queda de 25% no valor das importações.

A maior queda (-22,1%) ocorreu no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Foi nele que o governo concentrou as isenções. A receita do IPI dos automóveis - símbolo da melhoria do poder aquisitivo - caiu 65,8%. Talvez tenha havido um certo exagero, que não impediu, porém, a redução da força de trabalho no setor.

Para este ano a perspectiva é de um forte aumento da arrecadação, que, infelizmente, vai levar o governo a gastar mais, em lugar de pensar em reduzir a carga tributária.

## Eleitor pobre quer corte de tributos

Pesquisas indicam que 7 em cada 10 brasileiros defendem redução de impostos, e não de juro, para gerar emprego

Julia Duailibi

Tamanho do texto? **A A A A**

A elevada carga tributária é apontada pelo eleitor de baixa renda como o maior empecilho para a geração de emprego e o aumento do consumo no País. Sete em cada dez brasileiros defendem a redução dos impostos, e não dos juros, como forma de gerar empregos - 65% aceitam menos programas sociais, como o Bolsa-Família, se a contrapartida for reduzir tributos para derrubar os preços.

Pesquisas do Instituto Análise mostram que 67% das pessoas com renda familiar de até R\$ 465 dizem preferir um presidente que reduza os impostos dos alimentos para que se compre comida mais barata a um que aumente o Bolsa-Família - opção de 32% dos entrevistados.

"As pessoas sabem que poderiam consumir mais, mas não conseguem por causa dos impostos", afirmou o cientista político Alberto Carlos Almeida, do Instituto Análise. Realizadas em 2009, as pesquisas ouviram mil pessoas por mês. "São 70 cidades no País, incluindo as nove regiões metropolitanas e locais do interior", disse ele.

A diminuição da carga tributária, portanto, teria reflexos em outro tema caro ao eleitor: o aumento do consumo. Puxado pelo crescimento real do salário mínimo e do crédito, o consumo das famílias cresceu nos últimos anos - e o governo estima que aumentará 6,1% em 2010.

Nas pesquisas, 67% concordam que o "melhor para a população pobre é que o governo reduza impostos e tenha menos funcionários, com isso o preço dos produtos cai". Já 28% preferem "mais impostos e que com o dinheiro dos impostos o governo faça mais programas sociais".

Corte de impostos é apontada como principal medida contra desemprego - mais até que

educação. "A população sente no bolso. A alta carga afeta mais os de renda baixa, que gastam parcela maior do orçamento com alimentação", disse o economista Sérgio Vale, da MB Associados.

Estudo elaborado por Maria Helena Zockun, pesquisadora da Fipe, mostra que, em 1996, famílias que ganhavam até dois salários mínimos gastavam 28% da renda com impostos. Em 2004, 49% da renda foi para o Fisco. As famílias com renda superior a 30 mínimos gastavam 18% da renda com impostos em 96. Em 2004, gastaram 26%.

"Como os mais pobres gastam mais parte da renda com consumo, ficam vulneráveis", diz Maria Helena. "A pessoa pode não ter ideia do quanto há de imposto no produto. Mas vê o preço menor na informalidade. Sabe que com carga menor teria mais acesso a bens." Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, uma caixa de sabão em pó, que custa R\$ 3,98, sairia por R\$ 2,30 sem os impostos. Um saco de açúcar fica 68% mais caro, com a tributação, e o de cimento, 65%.

Na eleição, a oposição acusará o apetite arrecadatário do governo, que, por sua vez, dirá que promoveu desonerações como a do IPI. "O caso do IPI mostrou que com menos imposto compra-se mais", disse Almeida.

## Eleitorado (de todas as classes sociais) apoia redução de imposto

Alberto Carlos Almeida\*

Tamanho do texto? **A A A A**

Nas eleições presidenciais os candidatos tratam de todos os temas. Isso é resultado de nossa estadolatria. Adoramos o Estado e ele é capaz, ou deveria ser, de resolver tudo: desde as coisas mais óbvias, como saúde e educação, até a prevenção de acidentes naturais como enchentes, organizar festas de réveillon e financiar cachorros guias de cegos.

Nos países desenvolvidos os governantes admitem que há limites, por exemplo, para lidar com os transtornos causados por nevascas. Simplesmente há o aviso da nevasca e a solicitação para que as pessoas não saiam de casa. No Brasil, por enquanto, e pensando somente nos transtornos e não nas tragédias, essa admissão de não-onipotência de nossos governantes é inviável. Assim todos os candidatos a todos os cargos no Brasil tratam de todos os assuntos e prometem resolver tudo, desde que, é claro, controlem os recursos necessários para isso.

Apesar da profusão de temas o eleitorado tem um grande motivo para escolher o presidente que o governará. O eleitor vê no presidente o facilitador de seu consumo. Na campanha de 1994 poucos de nós se recordam dos cinco temas representados por cada dedo da mão símbolo da campanha de Fernando Henrique. Mas todos se lembram que o Plano Real e a redução abrupta da inflação foi o principal tema da campanha. O motivo é simples: a redução da inflação aumentou a capacidade de consumo da maioria do eleitorado.

Em 1998 um pouco de esforço trará de volta para a nossa memória o desejo do eleitorado de, em meio a uma grave crise econômica mundial que atingia especificamente os países emergentes, não perder o que conquistara com a estabilização da moeda. O tema, portanto, foi: qual dos candidatos será o mais capaz de assegurar que não iremos andar para trás em nossa capacidade de compra, de consumo.

Em 2002 o tema foi outro, desemprego, e ele levava a outro resultado final, completamente oposto àquele experimentado nos últimos seis ou sete anos. O desemprego resultava na redução da capacidade de compra da população. Se em 1994 e em 1998 o eleitor chamou Fernando Henrique para lidar com a inflação, e ele fez isso com grande sucesso, em 2002 o problema era

diferente e, por isso, a pessoa a ser chamada também seria diferente. Seria alguém que sempre lidou com emprego e salários e que sempre tratou da questão social. Cada pessoa é talhada, em função de sua imagem pública, para resolver problemas diferentes.

Quatro anos depois Lula foi reeleito. Aqueles que em 2005 pensavam que o tema seria o mensalão enganaram-se redondamente. Corrupção não tem impacto direto sobre a capacidade de consumo da população. O seu impacto é extremamente mediado por diversas circunstâncias e inúmeros fatores. Ao contrário, o Bolsa-Família tem impacto direto e imediato na capacidade de compra de quem o recebe e serve de sinalização, para quem não é beneficiário do programa, de que o governo cuida das pessoas e se preocupa com a população.

O grande tema de 2006 foram os programas sociais, com a sua vedete no carro abre-alas, o Bolsa-Família, e a consequência que tais programas têm: aumentam enormemente a capacidade de compra da população, ao menos na percepção da própria população.

Duvido que em 2010 quem prometer reduzir a inflação terá chance de ser eleito. A inflação de 2009, 4,3% foi a terceira menor desde 1980. Quem prometer reduzir o desemprego também não será eleito. A taxa média de desemprego de 2002, quando ele foi a principal questão da campanha, foi de 11,7%. A taxa média de desemprego de 2009 foi aproximadamente 30% menor do que em 2002: 8,1%.

Igualmente, o Bolsa-Família não será o tema de 2010. Creio que pelas mesmas razões que colocam a inflação fora do time de candidata a principal tema da campanha. O Bolsa-Família, na cabeça do eleitor, está consolidado. Para o eleitor o próximo presidente não ameaçará o Bolsa-Família porque isso seria contra ele próprio, presidente.

Há, para 2010, um tema latente junto ao eleitorado, um tema que já está presente, com muita força e que é ignorado pela elite brasileira. A população de todas as classes sociais, isso inclui os mais pobres, sabe que paga impostos, acha que os pobres é que realmente pagam impostos, considera-os elevados e gostaria que fossem reduzidos para poder comprar mais. No último ano e meio o governo contribuiu para reforçar essa percepção. Ele inadvertidamente e contra seu interesse educou a população ao reduzir o IPI de bens muito desejados.

Aliás, enganam-se os que acham que o povo não sabe que paga impostos, especificamente aqueles sobre os bens e serviços que compram. Com o passar dos anos a informação circulou e chegou a todos os brasileiros. Não se trata de uma informação neutra, a de que ele paga impostos, é algo que tem impacto em seu interesse imediato, em seu dia a dia, em sua capacidade de compra.

Essa informação chegou por meio da campanha contra a MP 232, da campanha contra a CPMF, do Impostômetro, das demissões de trabalhadores que acontecem todos os dias quando o patrão diz que está demitindo porque os impostos são altos, por meio da conta de luz, em função de propostas de trabalho sem carteira assinada com um salário mais elevado, etc. As pessoas sabem que pagam impostos. Pergunte a sua empregada se ela paga impostos ao comprar alimentos e bebidas, na conta de luz, ao comprar roupas, ao pagar a passagem de ônibus. Ela vai dizer que paga impostos e que compraria mais alimentos se os impostos fossem menores.

Em todos os países do mundo desenvolvido, clube para o qual o Brasil se sente cada vez mais preparado e autoconfiante para tomar parte, há pelo menos um grande partido político, um grande grupo político com seus respectivos líderes, que defende a redução de impostos com um discurso popular.

Fala-se de impostos publicamente no Brasil, mas os argumentos são para os empresários e para os políticos, tratam de competitividade mundial do Brasil, custos de produção, custo Brasil, etc. Não falam de alimentos, consumo e empregos. Estas sim questões que, devidamente conectadas aos impostos, mobilizam a grande maioria da população brasileira. Por que, afinal, ninguém fala de

impostos elevados com um discurso popular? Cabe aos leitores a resposta.

\*Alberto Carlos Almeida é cientista político e diretor do Instituto Análise

## **Folha de S. Paulo, 23 de janeiro de 2010**

### **Itaú é primeiro banco a ceder à Receita**

**Bancos contestam cobrança de PIS e Cofins sob a justificativa de que as receitas com intermediação financeira não são faturamento**

**Itaú Unibanco, Bradesco e Santander calcularam em balanços de 2008 que teriam de pagar R\$ 11,2 bi ao fisco se perdessem na Justiça**

**LEONARDO SOUZA**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Foi do Itaú Unibanco o pagamento de R\$ 1 bilhão em PIS e Cofins em atraso que ajudou a Receita Federal a bater o recorde de arrecadação no mês passado, de R\$ 73,8 bilhões.

O maior banco privado do país é o primeiro a ceder na queda de braço iniciada pelo fisco no começo de 2009 para que as instituições financeiras voltem a recolher os dois tributos. Conforme a Folha publicou em maio do ano passado, essa conta passa de R\$ 20 bilhões.

O pagamento de R\$ 1 bilhão foi mencionado anteontem pelo secretário da Receita, Otacílio Cartaxo, ao divulgar a arrecadação federal de 2009. Mas ele não havia revelado o nome da instituição financeira, informação agora obtida pela Folha.

Procurada, a assessoria do Itaú informou que o banco não comentaria o assunto.

As instituições financeiras escapam do recolhimento de PIS e Cofins há mais de quatro anos, amparadas por decisões judiciais ainda não definitivas.

PIS e Cofins são contribuições sociais, pagas por praticamente todas as empresas de médio e grande porte para financiar políticas públicas em previdência, assistência, saúde e seguro-desemprego.

No começo do ano passado, a Receita resolveu não esperar a palavra final do Judiciário sobre o tema. Com base em parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, deu nova interpretação às sentenças judiciais nas quais os bancos vinham se escorando. Assim, em março passado, passou a intimá-los e a cobrar os tributos não recolhidos.

Só Itaú Unibanco, Bradesco e Santander -os três maiores bancos privados do país- calcularam em seus balanços de 2008 que teriam de desembolsar ao fisco a soma de R\$ 11,2 bilhões de PIS e Cofins, na hipótese de perderem na Justiça.

Segundo a Folha apurou, o Itaú ainda tem valores atrasados dos dois tributos, nas contas do fisco.

Nos cálculos da Procuradoria da Fazenda e da Receita, segundo estimativa à qual a reportagem teve acesso no ano passado, o passivo potencial de todo o sistema bancário

chega a quase o dobro do valor devido pelas três grandes instituições financeiras -daí a conta de R\$ 20 bilhões.

O imbróglio em torno da cobrança de PIS e Cofins está relacionado à definição de faturamento, composto pelas receitas ligadas à atividade-fim das empresas. Esse conceito é mais simples no caso de uma fábrica ou supermercado, que recolhem PIS e Cofins sobre a venda de produtos a clientes, mas não sobre, por exemplo, a venda de um terreno que possuam.

Os bancos, por sua vez, alegam que as receitas obtidas com a intermediação financeira (empréstimos e financiamentos concedidos com o dinheiro de correntistas e poupadores) não podem ser consideradas faturamento. Somente as receitas com a prestação de serviços, como tarifas sobre emissão de talão de cheque e manutenção de conta-corrente, poderiam entrar no cálculo de faturamento para a incidência de PIS e Cofins.

A intermediação financeira é o principal negócio dos bancos, representando cerca de 70% de sua receita total.

A retomada da cobrança de PIS e Cofins foi adotada dentro de um plano da Receita, iniciado no começo do ano passado, de reforçar a fiscalização do setor bancário. O corpo de fiscais em São Paulo, onde está concentrada a banca nacional, foi elevado de 29 auditores para mais de 60.

## **Licença-maternidade de seis meses custará R\$ 414 mi ao governo**

**Benefício fiscal para a ampliação voluntária da licença foi regulamentado ontem pela Receita e vale na próxima semana**

**Empresas que aderirem ao programa "Empresa Cidadã" poderão abater do Imposto de Renda o valor gasto a mais; 150 mil estão aptas**

**EDUARDO RODRIGUES**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com a regulamentação das regras para ampliação voluntária da licença-maternidade, anunciada ontem pela Receita Federal, o governo estima que deixará de arrecadar R\$ 414,1 milhões neste ano. A ampliação do benefício de quatro para seis meses poderá ser concedida com incentivo fiscal a partir da próxima semana.

Aprovadas pelo Congresso Nacional no ano passado, as novas regras permitem às empresas deduzir do Imposto de Renda a pagar, no fim do ano, os gastos com os dois meses extras de licença. Para isso, elas terão de aderir ao programa "Empresa Cidadã".

Atualmente a legislação obriga o pagamento da licença-maternidade nos quatro primeiros meses após o nascimento da criança. Durante esse tempo, as empresas continuam pagando o salário às mães e depois abatem totalmente os valores das contribuições ao INSS.

O cadastro no programa "Empresa Cidadã" é opcional para as companhias e será feito na página da Receita ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)). Já as trabalhadoras têm até 30 dias após o parto para solicitar ao empregador a prorrogação do recebimento da licença.

Segundo o coordenador-geral de Arrecadação e Cobrança da Receita, Marcelo Lins, o fato de uma empresa fazer parte do programa não a obriga a conceder o benefício estendido em

todos os casos. "Vai depender da negociação com as funcionárias", afirmou. Funcionárias públicas e empregadas de algumas empresas já vinham conseguindo esticar o prazo das licenças. Com o novo programa -criado em setembro de 2008, mas só agora regulamentado pela Receita-, as companhias privadas também poderão conceder dois meses adicionais de licença e deduzir os gastos na próxima declaração do IR, até o limite do tributo devido.

"Se a empresa tiver prejuízo no ano, não poderá deduzir nada, pois a Receita não devolverá valores", disse Lins.

No entanto, nem todas as companhias estarão aptas a abater do IRPJ os valores pagos. O ressarcimento estará disponível somente para as empresas que realizam suas declarações anuais pelo lucro real, um grupo que reúne as 150 mil maiores firmas do país.

"As empresas optantes pelo Simples ou que calculam os tributos devidos pelo lucro presumido não terão acesso aos benefícios, pois não declaram anualmente o IR", explicou o coordenador de Cobrança da Receita, João Paulo Martins.

Pelo mesmo motivo, as empregadas domésticas, contribuintes individuais autônomas e trabalhadoras rurais não poderão solicitar os dois meses.

Ainda assim, segundo o fisco, a medida deve beneficiar entre 40% e 50% do mercado de trabalho. De acordo com a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2008, 338.196 trabalhadoras com carteira assinada tiveram filhos naquele ano.

## O Estado de São Paulo, 23 de janeiro de 2010

### Déficit crescente no INSS

Tamanho do texto? **A A A A**

Em 2009, a Previdência Social apresentou déficit nominal de R\$ 42,8 bilhões, 18,4% superior ao déficit de 2008, de R\$ 36,2 bilhões. A Previdência continua sendo o maior fator isolado de desequilíbrio das contas públicas, e nada indica que essa situação possa melhorar neste ano. O número de benefícios concedidos pelo INSS aumentou muito, ano a ano, na última década, passando de 2,9 milhões, em 2000, para quase 4,5 milhões, em 2009. Mas o que mais pesou na composição do déficit foi o valor médio do benefício, que passou de R\$ 304,00, em 2000, para R\$ 711,00, no ano passado.

As advertências dos técnicos da Previdência Social sobre as consequências negativas de reajustes dos benefícios com índices acima da inflação não inquietaram o presidente Lula, pois quanto mais altos os benefícios, maior sua popularidade e mais firme o apoio dos sindicalistas ao governo. O salário mínimo aumentou de R\$ 415,00 para R\$ 465,00, em 2009, e de R\$ 465,00 para R\$ 510,00, neste ano. E 69% dos benefícios pagos pelo INSS equivalem ao piso salarial.

Na chamada Previdência Rural, paga a 8,1 milhões de trabalhadores e na qual 99% dos aposentados ou pensionistas recebem benefício de até um salário mínimo, o déficit de 2009 superou R\$ 40 bilhões. A maioria absoluta dos beneficiários da área rural não recolhe contribuições. No ano passado, por exemplo, as contribuições do setor rural atingiram R\$ 4,6 bilhões, montante ínfimo comparado ao dos recolhimentos dos trabalhadores urbanos, que recolheram cerca de R\$ 180 bilhões.

A quase totalidade do déficit (94%) tem como origem, portanto, a área rural - e esta não é uma

situação nova. Esses pagamentos, iniciados no governo Fernando Henrique, já foram considerados o maior programa de redistribuição de renda do mundo.

Ao contrário do que o governo procura fazer crer, a chamada Previdência Urbana não está equilibrada. Ela apresentou déficit de R\$ 2,5 bilhões, no ano passado, atribuído pelo Ministério da Previdência ao pagamento de sentenças judiciais e a ajustes com fundos de pensão mantidos pelo setor público para atender o funcionalismo federal, Estados e municípios. O déficit da Previdência Urbana de certo não será eliminado neste ano, pois o impacto do reajuste do salário mínimo e das aposentadorias de maior valor sobre as finanças da Previdência será da ordem de R\$ 11 bilhões.

Segundo o Tesouro Nacional, a Previdência Social apresentou, até novembro, um déficit de 1,56% do PIB. É provável que esse porcentual seja ligeiramente menor quando forem fechadas as contas do Tesouro de 2009, pois a Previdência foi superavitária em R\$ 1,7 bilhão, em dezembro, devido ao recolhimento das contribuições sobre o 13º salário dos trabalhadores do setor privado, quando já havia sido paga a segunda parte da gratificação natalina a aposentados e pensionistas.

Segundo o secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, o INSS bateu alguns recordes em 2009. Um deles foi a receita de R\$ 182 bilhões, superior à de R\$ 163 bilhões em 2008, apesar da recessão econômica. Também as despesas de R\$ 224 bilhões, que cresceram em ritmo superior ao da arrecadação, foram recorde.

Em 2010, o aumento dos empregos com carteira assinada propiciará aumento da arrecadação, mas não a ponto de compensar o avanço dos gastos. É provável, além disso, que, após um ano de crise, a remuneração média dos novos contratados seja baixa, o que conteria um incremento maior das receitas previdenciárias.

Na tentativa de descaracterizar o desequilíbrio previdenciário, o governo Lula chegou a cogitar da separação da Previdência Rural da Previdência Urbana. Mas a medida seria apenas cosmética, pois a transferência do déficit da Previdência Rural para o Orçamento da União não modificaria o resultado do Tesouro nem elevaria o superávit primário.

Lula fez e fará o mesmo que todo presidente, desde 1988: tendo adotado medidas apenas cosméticas, deixará para seu sucessor a tarefa impopular de conferir maior equilíbrio atuarial à Previdência, para evitar riscos maiores no longo prazo.

## **Adesão à licença-maternidade de 6 meses começa a valer na segunda**

Empresa poderá abater Imposto de Renda; funcionária terá de manifestar interesse pelo aumento do benefício

Adriana Fernandes e Karina Toledo

Tamanho do texto? **A A A A**



A partir de segunda-feira, as empresas poderão aderir ao programa que permite a ampliação da licença-maternidade de 4 para 6 meses. A concessão do benefício é uma opção da empresa, que poderá abater a despesa do Imposto de Renda.

Depois da adesão, a funcionária tem um prazo de 30 dias após o nascimento da criança para requerer a ampliação. Ela tem direito ao salário integral. A medida também vale para casos de adoção. O objetivo é garantir o aleitamento e o bom desenvolvimento do bebê.

A regulamentação do benefício foi publicada ontem no Diário Oficial da União, mais de um ano após o Congresso aprovar a lei que criou o programa Empresa Cidadã, ampliando o prazo para seis meses. As vantagens fiscais, no entanto, estão limitadas às empresas que fazem a declaração do Imposto de Renda pelo sistema de lucro real, o que reduz o alcance da medida.

No Brasil, cerca de 150 mil empresas se enquadram nessa categoria, a maioria é grande corporação. Segundo o coordenador de cobrança da Receita, João Paulo Martins, elas empregam cerca de 40% da mão de obra feminina do País. As empresas incluídas no Simples ou no sistema de lucro presumido não têm como abater a despesa.

Durante os quatro primeiros meses da licença, o salário é pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os outros dois pela empresa. A despesa que a empresa tiver com a licença-maternidade nos dois últimos meses poderá ser descontada na hora da declaração anual do IR. Segundo a Receita, a medida representará redução de R\$ 414 milhões na arrecadação em 2010. Para aderir ao programa, a empresa precisa se cadastrar no site da Receita na internet. A funcionária deve pedir o benefício diretamente à empresa.

Para as trabalhadoras que já estão gozando da licença-maternidade, o pedido de prorrogação vai ser mais difícil. É que pelo decreto que regulamenta a lei, publicado em dezembro, o prazo para a trabalhadora que já está de licença pedir a extensão terminou ontem. Embora não tenha esclarecido os motivos da demora da regulamentação, o coordenador-geral de Arrecadação e Cobrança, Marcelo Lins, disse que as funcionárias que estão de licença e ainda não fizeram o requerimento devem fazê-lo o "mais rápido possível".

A concessão do benefício, porém, não é obrigatória. Se a empresa entender que não é vantajoso para ela, poderá se negar a prorrogar a licença por mais dois meses. "A concessão do benefício é sempre um direito da empresa", diz Lins. O coordenador informa que a Receita vai divulgar no site a lista de adesão.

Para a advogada trabalhista Fabíola Marques, a partir do momento que a empresa aderir ao programa, passa a ser um direito da funcionária a licença ampliada. "A empresa não poderá aderir e decidir caso a caso."

A Lei 11. 770, que ampliou a licença, vale apenas para organizações privadas. Até o momento o benefício de 180 dias só existia para funcionárias públicas federais e de Estados e municípios que aprovaram leis específicas.